

GT 21 Educação e Relação Étnica Racial**AS POLÍTICAS DE COTAS E A EQUIDADE NO ENSINO SUPERIOR¹**Verônica Leite (UFBA)²Nanci Helena Rebouças Franco (UFBA)³**1 INTRODUÇÃO**

Por isso, assumir a diversidade cultural significa muito mais do que um elogio às diferenças. Representa não somente fazer uma reflexão mais densa sobre as particularidades dos grupos sociais, mas, também, implementar políticas públicas, alterar relações de poder, redefinir escolhas, e questionar a nossa visão de democracia. Será que estamos dispostos a aceitar esse desafio? (GOMES, 2003).

A sociedade brasileira sempre acreditou no mito da democracia racial, tão bem escrito e amplamente divulgado no exterior por importantes antropólogos brasileiros (GUIMARÃES, 2004). A ideia de que todos conviviam harmoniosamente apesar de mais três séculos de escravidão no Brasil para muitos estrangeiros se apresentava como um paraíso que precisava ser conhecido, impulsionando muitos estudiosos a desenvolverem trabalhos no país durante o século XX como ocorreu com o Projeto UNESCO de Relações Raciais, do começo dos anos 1950. Esse Projeto patrocinou um ciclo de pesquisas com intuito de comparar as relações raciais em diferentes regiões do país, visando demonstrar uma cooperação e harmonia entre os grupos raciais, que servisse de paradigma a outras nações que também

¹O presente trabalho é resultado parcial do Projeto "Determinantes da Equidade no Ensino Superior" realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pesquisador (indicar se bolsista) do Projeto "Determinantes da Equidade no Ensino Superior" financiado pelo Programa OBEDUC / CAPES/ Brasil.

² Graduanda em Direito. Bolsista do Projeto "Determinantes da Equidade no Ensino Superior" financiado pelo Programa OBEDUC/CAPES/Brasil.

³ Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Projeto "Determinantes da Equidade no Ensino Superior" financiado pelo Programa OBEDUC/CAPES/Brasil.

tiveram um processo de formação através da exploração de trabalho escravizado, cujas relações eram conflituosas como consequência desse passado.

Essa literatura mencionada foi tão convincente que contribuiu para que por muito tempo se acreditasse que não havia desigualdade racial. Logo, havia apenas desigualdade social, o que explicava o estabelecimento de espaços subalternos ocupados pelos afrodescendentes no sistema hierárquico econômico. Se faz mister salientar que o problema da desigualdade social não está intimamente ligado apenas ao aspecto econômico, mas envolve questões mais profundas como a questão racial.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) o número de pessoas que se declaram negras, 8% (16.000.000) da população brasileira é inferior ao número das que se declaram pardas 43% (84.000.000). Entretanto, essas pessoas que se declaram “pardas” são na verdade negras, mas que no processo de declaração se autoidentificam como pardas. Questão tão complexa, que muitas universidades, ao adotarem a política de cotas, oscilam em determinar se são cotas raciais ou sociais, e isso só exemplifica como a relação entre a questão racial e social não está suficientemente descrita e entendida no país, porque não se sabe se as cotas devem atender aos que se autodeclaram negros (as), ou tão somente aos que não têm condições sociais (econômicas) de ingressar no ensino superior, tendo em vista sua condição social, independente da cor da pele.

Uma nação que se construiu com uma profunda desigualdade, hierarquia e exclusão e, combinada com estas, uma profunda dissimulação da opressão e tentativa de desconstruir a cultura dos dominados, gera uma população com dificuldades para se autoidentificar como pertencente a determinado grupo racial e étnico. A identidade étnica aqui compreendida como “uma forma de organização social, que expressa uma identidade diferencial nas relações com outros grupos e com a sociedade mais ampla” (LUVIZOTTO, 2009), ou segundo o sociólogo e professor de Relações Étnicas John Rex (1988, p.33) a identidade étnica compreende “as formas de comportamento culturalmente moldados, através dos quais os indivíduos satisfazem as suas necessidades, levam-nos a relações mais íntimas com algumas pessoas do que com outras, pelo que se consideram como parte de uma estreita rede”.

Já a raça para esse autor está associada aos fatores biológicos, ao fenótipo, e, portanto não há várias raças, mas apenas uma raça, a humana. Logo, um grupo social marcado por uma construção identitária em que se confunde se o problema de acesso ao ensino superior é social ou racial precisa rever seus conceitos para tentar dirimir a desigualdade racial e social que permeia a sociedade.

A educação no Brasil vem gerando uma série de debates no que tange a sua equidade. Uma das discussões é que o ensino básico não prepara os estudantes para o ensino superior, assentando numa educação bancária em que os mesmos recebem uma quantidade enorme de informações, contudo não sabem fazer uso das mesmas. Essa pedagogia somada muitas vezes à falta de estrutura das escolas, de qualificação dos professores e de material didático, inviabiliza o ingresso dos alunos ao ensino superior sem a política de cotas, compreendida como a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas. A implantação do sistema de cotas nas universidades brasileiras para alguns é a usurpação de espaços destinados a grupos específicos na sociedade merecedores pelo mérito como foi verificado no estudo realizado por Tavarnaro (2009) a partir dos depoimentos de estudantes de direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Por outro lado, segundo Muniz (2009) para os demais grupos sociais é uma oportunidade de ascender socialmente e ocupar os lugares que lhes foram negados com o discurso de democracia racial, porque não há mérito quando os concorrentes não partem do mesmo patamar.

Com ênfase na reparação social destes grupos marginalizados, se votou com unanimidade a legalidade e a legitimidade do sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, em 2010. E em 2012 foi aprovada a Lei Federal 12.771 que regulamenta o sistema de cotas nas universidades públicas federais.

O presente trabalho tem como objetivo analisar se a política de cotas atua na promoção da equidade no ensino superior, a partir do levantamento bibliográfico, e posterior análise do resumo e introdução das teses e dissertações dos últimos doze anos depositadas no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); na Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP); na Biblioteca Digital da Universidade de Campinas (UNICAMP); na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As experiências de intuições mencionadas no estudo foram extraídas também do Repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Domínio Público, (Teses e dissertações) entre 2000 e 2012.

Foram utilizados os seguintes descritores: “ENADE”, “Acesso ao Ensino Superior” ou “Acesso a Educação Superior”, “Ações Afirmativas”, “Políticas de Cotas”, “Cotas na Educação Superior” ou “Cotas no Ensino Superior”, “Desempenho de Cotistas no Ensino Superior” “Cotista”, “Equidade na Educação Superior” ou “Equidade no Ensino Superior” “Reserva de Vagas”, estabelecido pelos coordenadores da pesquisa que faz parte do Programa Observatório da Educação, numa Universidade X.

2MAPEAMENTO GERAL DAS TESES E DISSERTAÇÕES

Ações afirmativas se definem como políticas públicas voltadas a concretização do princípio constitucional da igualdade material a neutralização dos efeitos perversos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem. [...] Essas medidas visam a combater não somente manifestações flagrantes de discriminação, mas a discriminação de fato, que é a absolutamente enraizada na sociedade e, de tão enraizada, as pessoas não a percebem. (JOAQUIM BARBOSA, 2012).

O levantamento tomou como base o marco temporal de 2000 a 2012 sobre as teses e dissertações produzidas acerca do sistema de cotas nas universidades públicas durante estes 12 anos.

A pesquisa se iniciou em julho de 2013 após uma discussão acerca dos descritores que seriam utilizados, dos quais nove foram selecionados. Nos primeiros dias não obtivemos sucesso ao colocar aspas no descritor, mas após a retirada destas aspas conseguimos os primeiros resultados.

Alguns descritores tais como “Ações Afirmativas”, “ENADE”, “Cotas na Educação Superior/Cotas no Ensino Superior” e “Acesso ao Ensino Superior/Acesso à Educação Superior” tornaram a pesquisa bastante difícil porque ao inseri-las nos bancos de dados não se extraía nenhum documento, e ao final não encontramos teses nem dissertação com o descritor “ENADE” e “Cotas na Educação Superior” com temáticas voltadas para o objeto da pesquisa.

A pesquisa com os outros descritores possibilitou que conseguíssemos vários trabalhos com temáticas diferentes, mas nem todas voltadas para o sistema de cotas no ensino superior, pois ao colocar o descritor nos bancos de dados, os trabalhos encontrados não tinham relação com o descritor, mas estava dentro do objeto de estudo, ou versava sobre outras temáticas.

O descritor que mais apresentou distanciamento com o objeto da pesquisa foi o “ENADE”, foram encontrados 93 estudos, porém nenhum referente ao tema. E isso se repetiu com “Cotas na Educação Superior/Cotas no Ensino Superior” surgiram aproximadamente 10 pesquisas voltadas para cotas na educação básica ou cotas em empresas privadas, mas com relação ao tema nada foi encontrado.

Os demais descritores obtiveram um distanciamento considerável. Ao colocar, por exemplo, o descritor “Reserva de Vagas”, oito trabalhos acadêmicos discutiam de fato a questão da reserva de vagas na Universidade, os outros cinco discutiam reserva de vagas na área trabalhista e para deficientes, e não foram computados na presente pesquisa, ou traziam a

discussão do desempenho e permanência, tendo assim uma relação direta com o tema, mas indireta com o descritor.

A tabela abaixo apresenta o resultado geral do material encontrado nos quatro meses de pesquisa:

Quadro 1 - Pesquisa de teses e dissertações produzidas entre 2000-2012

DESCRITORES	DISSERTAÇÕES	TESES	Total
Ações afirmativas	04	-	04
Acesso ao ensino superior / Acesso à educação superior	01	01	02
Cotistas	20	07	27
Cotas na educação superior/Cotas no ensino superior	-	-	-
Desempenho de cotistas na educação superior	04	04	08
ENADE	-	-	-
Equidade no ensino superior	06	03	09
Política de cotas	08	-	08
Reserva de vagas	11	02	13

Fonte: Pesquisado na CAPES, BDTD, Biblioteca Digital da UNICAMP, USP, UFRGS e Domínio Público⁴

O volume de trabalhos encontrados no período investigado é de 73, desse conjunto 58 são dissertações de mestrado e 17 são teses de doutorado. Com o descritor “Cotista” achamos a maior quantidade de trabalhos, isso se deve ao fato de que a maior parte destes documentos tem a palavra cotista no título ou no texto.

Contudo, verificamos que com descritores que não eram tão específicos ao tema como “ENADE” não foram encontrados nenhum material que fizesse menção ao sistema de cotas, porém foram verificados 93 estudos sobre o “ENADE” em diversas áreas voltadas para o desempenho de estudantes em algum curso específico. Isso demonstra que não temos nem dissertações e nem teses envolvendo cotas no ensino superior a partir do resultado desses estudantes no “ENADE”.

Com o descritor “Ações Afirmativas” e “Reserva de Vagas” surgiram muitos trabalhos, mas estes voltados para reserva de vagas no mercado de trabalho, e o acesso de deficientes no ensino superior, com isso aferimos que com o descritor amplo o material pesquisado se afastava do objeto de estudo, e a consequência foram os pouquíssimos resultados alcançados com alguns descritores.

⁴Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

Dos descritores pesquisados podemos perceber que há mais dissertações do que teses, talvez pelo fato de que no Brasil as vagas em cursos de Mestrado são muito maiores ainda que as vagas nos Doutorados.

A concentração dos estudos por ano demonstrou que tivemos um crescimento de produção acentuado nos últimos anos, aflorado pelos debates e impactos que os sistemas de cotas provocam na educação superior como aponta o relatório de Verônica Toste (2013) a respeito do seminário dos 10 anos de Ações Afirmativas: Conquistas e Desafios que ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no qual foram discutidos os impactos da lei federal, o critério de acesso, trazendo à tona os problemas que já eram apontados pelas pesquisas como a questão da permanência, dos programas de assistência a partir dos relatos de experiências das universidades estaduais Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

3 EQUIDADE NO ENSINO SUPERIOR: CONQUISTAS E DESAFIOS

Qualquer proposta de mudança em benefício dos excluídos jamais receberia um apoio unânime, sobretudo quando se trata de uma sociedade racista. [...] Numa sociedade racista, onde os comportamentos racistas difundidos no tecido social e na cultura escapam do controle social, a cota obrigatória se confirma, pela experiência vivida pelos países que a praticaram, como uma garantia de acesso e permanência aos espaços e setores da sociedade até hoje majoritariamente reservados à “casta” branca da sociedade. O uso deste instrumento seria transitório, esperando o processo de amadurecimento da sociedade global na construção de sua democracia e plena cidadania. (KABENGELE; MUNANGA, 2003).

As universidades públicas federais e algumas estaduais passam por um processo de adaptação com os novos desafios das políticas educacionais de inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, negros, indígenas no ensino superior nos últimos 10 anos. Um dos temas mais correntes nos estudos realizados através do material coletado gira em torno da permanência e desempenho destes estudantes na universidade, contudo, será que a equidade almejada foi alcançada?

Segundo Felicetti e Morosini (2009, p. 11) a equidade na educação tem duas dimensões, a primeira está associada à justiça que visa assegurar a situação pessoal e social do indivíduo, tais como status socioeconômico, sexo e origem étnica, enquanto que a segunda dimensão é a inclusão que objetiva assegurar um padrão básico e mínimo de educação, no qual todos possam ler, escrever e fazer cálculos. Para Costa (2010) a equidade na educação está associada à igualdade de oportunidade e de resultados, de modo que todos tenham acesso

aos bens limitados da vida, como nem todos têm acesso a esses bens é preciso que haja igualdade de oportunidades para amenizar tais carências.

O resultado do trabalho de Avena (2011) demonstra que os estudantes não cotistas têm obtido notas insatisfatórias em curso de maior prestígio, tendo em vista a falta de tempo para o estudo, e isso segundo o autor reproduz a estrutura socioeconômica dentro da academia, sendo necessário, portanto, políticas que promovam o aumento de recursos financeiros destes estudantes e, conseqüentemente, a equidade no acesso ao ensino superior.

A pesquisa de Costa (2010) defende que as políticas públicas aplicadas nas últimas décadas para promover equidade aumentaram consideravelmente o ingresso de estudantes negros no ensino superior, começando com a implantação da Casa do Estudante do Brasil, seguidas das políticas assistenciais adotadas pelas universidades.

Em suma, os autores mencionados anteriormente concordam que as políticas de cotas democratizaram o ingresso no ensino superior, entretanto compartilham do mesmo posicionamento de que não basta tão somente entrar nessas instituições é preciso criar condições para que estes estudantes tenham uma educação de qualidade, não só através de recursos financeiros, como também a permanência simbólica, compreendida por Santos (2009) como o sentimento de pertencimento à universidade, pois quando os estudantes ingressam se sentem segundo a autora como *Outsiders* não são considerados membros da “boa sociedade”, já que não “possuem uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência e fundam o seu poder, no fato de ser um modelo moral para os outros” (p. 74), e isso contribui para que a Universidade reproduza a “segregação” feita pela sociedade.

Segundo estudos realizados por Queiroz (2007, p.136-137) só a partir dos anos oitenta os estudiosos em educação passaram a desenvolver uma produção, evidenciando o caráter seletivo do sistema educacional, muitos destes trabalhos apontavam fatores como família, nível socioeconômico, a vida escolar do aluno para justificar os resultados obtidos nos vestibulares, mas desconheciam ou negavam a condição racial desses estudantes.

Isso corrobora que os teóricos brasileiros têm dificuldade ou se esquivam em discutir problemas que envolvam a raça/etnia, que buscam sempre respostas para a desigualdade social, contudo não trabalham o epicentro deste desafio apontando sempre outras variáveis para resolvê-lo. Como consequência, não seria diferente com a escolha do tipo de cotas, que mais uma vez trouxe à tona esse conflito.

Mas, qual a importância de saber se a cota é racial ou social? A resposta não é fácil porque se faz necessário um posicionamento político, dizer, por exemplo, que é devolver para

este grupo marginalizado o direito que lhe foi negado por muito tempo através do mito da democracia racial, reconhecer que há racismo no Brasil e desenvolver políticas efetivas de combate, já que a lei existe, mas não tem eficácia, sendo a questão abordada como problema étnico e não social ou jurídico, porque usar como fundamento a reparação social é tão somente postergar o problema, e isso foi feito pelos estudos anteriores à década de 90 como salienta a autora mencionada anteriormente.

O resultado desta negligência foi demonstrado através do trabalho de Tavares (2012) que evidenciou os conflitos étnicos e raciais demarcados pelos discursos de estudantes não cotistas e professores em sala de aula que não aceitam o sistema de cotas fundamentado no discurso de que brancos e negros são iguais, assentado no mito da democracia racial reproduzido dentro das universidades.

Dados apontados por Doebber (2011) demonstrou que esses estudantes vivenciam um processo de exclusão, e que há algumas práticas de racismo institucional. A dissertação de Luciane Belo (2011) coloca como desafio para a comunidade acadêmica da UFRGS o abandono de certos preconceitos que podem gerar discriminações. A tese Ferreira apresenta que apelidos e “brincadeiras” marcam de forma velada o preconceito em relação ao cotista negro revelando o rastro do racismo no espaço acadêmico.

Três dissertações apresentaram estudos sobre a influência do movimento negro e da mídia na aprovação da reserva de vagas para estudantes negros ou apenas oriundos de escolas públicas, salientando como o discurso ideológico foi importante para legitimar esse sistema, os estudos Pereira (2011), Sales (2007) e Adão (2007).

Dos estudos realizados apenas cinco traziam opiniões contrárias à reserva de vagas, a dissertação de Matielo (2011) a partir do discurso de alunos de duas universidades públicas do Rio de Janeiro, a dissertação de Marques (2009) analisa os argumentos favoráveis e contrários às cotas para negros, o estudo de Pinho (2006) levanta a discussão de como alunos e professores receberam o sistema de cotas apontando suas perspectivas e anseios acerca do tema, tendo como defesa a deslegitimação por ferir o princípio da igualdade, ou por prejudicar a qualidade de ensino discutindo o princípio a luz da Constituição Federal de 1988, a dissertação de Rozas (2009) aborda as principais divergências a respeito da implantação da reserva de vagas para negros a partir do sistema de discriminação positiva, e o estudo realizado por Tavarnaro (2009) que traz argumentos contrários ao sistema de cotas fundamentado no viés da igualdade formal extraídos dos discursos de estudantes de Direto da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo não tem a pretensão de esgotar o tema, pois muito precisa ser pesquisado. Além disso, os resultados não representam a totalidade de todos os estudos produzidos durante os últimos 12 anos, visto que não foram utilizados todos os bancos de dados e que estamos ainda na primeira etapa da pesquisa.

Os dados encontrados comprovam que depois de 10 anos de ações afirmativas as universidades ainda não conseguiram resolver o problema da permanência, mas o desempenho dos estudantes cotistas é bom, contrariando a expectativa que se tinha de que eles não alcançariam o resultado dos não cotistas.

Há consenso de que de fato a política de cota promove a equidade, possibilitando que estudantes negros, indígenas ou oriundos de escolas públicas ingressem no ensino superior democratizando-o. Por outro lado, há muita divergência no que tange a discussão sobre o tipo de cota se racial ou social, porém uma parte significativa dos estudos defende que as cotas devem ser raciais, tendo em vista a marginalização com o que os negros foram tratados ao longo da história brasileira.

O grande desafio que se coloca é a questão da permanência. A permanência material tem sido equacionada com os programas de assistência estudantil e demais programas adotados dentro das Universidades, embora os mesmos não consigam atender a todos. Entretanto, a permanência simbólica, concebida aqui como a possibilidade de vivenciar os diversos espaços da Universidade, se sentir parte integrante da mesma, ser reconhecido de fato e de direito como um estudante universitário, partilhar experiências com os demais membros da comunidade acadêmica, enfim ter o sentimento de pertencimento a este espaço de poder é algo que ainda estamos construindo. Este é o nosso desafio! Isso é corroborado por Muniz Sodré (2007), quando ele afirma:

Todo o pensamento filosófico sofisticado, o pensamento alemão, europeu, de respeito à diferença, fala de um respeito intelectual. Diz assim: Eu admito o outro, o negro, o índio, admito o diferente de mim, e eu tenho que respeitá-lo, mas ele diz conceitualmente. O problema é quando o diferente se aproxima [...]

REFERÊNCIAS

- ADÃO, Jorge Manoel. **Políticas públicas de ações afirmativas, educação e Abá (pensamento) negro-brasileiro diaspórico**. 2007. 203f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13281>>. Acesso em: 08 out. 2013.
- AVENA, C. P. **Acesso ao ensino superior e desempenho acadêmico: evidências a partir da Universidade Federal da Bahia**. 2011. 100f. Tese (Doutorado). Faculdade de educação, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20074928001010001P9>>. Acesso em: 30 jul. 2013.
- BELO, L. **Política de ações afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico**. 2011. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20116142001013001P5>>. Acesso em: 30 jul. 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Med. caut. em arguição de descumprimento de preceito fundamental 186**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStfArquivo/anexo/ADPF186.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2013.
- COSTA, S.G. **A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil**. 2010. 201f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Disponível em: <<http://www.ume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27499/000764752.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 jul. 2013.
- DOEBBER, M.B. **Reconhecer-se diferente é a condição de entrada - tornar-se igual é a estratégia de permanência: das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=201110542001013001P5>>. Acesso em: 30 jul. 2013.
- FELICETTI, V.L; MOROSINI, M.C. **Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362009000100002>. Acesso em: 23 maio 2014.
- FERREIRA, E.C.L. **Identidade raça e representação: narrativas de jovens que ingressaram na universidade de Brasília pelo sistema de cotas raciais**. 2010. 211f. Tese (Doutorado em Educação). Instituto de Educação, Universidade Federal de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20107753001010001P0>>. Acesso em: 19 jul. 2013.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012004000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 out. 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro, s.d, 2010. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudo especial da PME sobre Cor ou Raça**. Disponível em:<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=737>>. Acesso em: 20 out. 2013.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Scielo Books*:Etnicidade e identidade étnica. Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082-04.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

MARQUES, Fabiane Teixeira de Jesus. **Quem e negro no Brasil?:** uma análise discursiva de artigos que versam sobre a adoção de "cotas" em universidades publicas. 2009.172f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000466275&opt=4>>. Acesso em: 09 set. 2013.

MATIELO, Eliane Louback Silva. **Representações sociais do sistema de cotas raciais em duas Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro:**um estudo comparativo.2011. Dissertação (mestrado em psicologia), Universidade Salgado de Oliveira.Disponível em:<<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20112231025013004P2>>. Acesso em: 23 jul. 2013

MUNIZ, Kassandra da Silva. **Linguagem e identificação:** uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil.2009. 204f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000467557&fd=y>>. Acesso em: 01 out. 2013.

PEREIRA, Ilídio Medina. **Debate público e opinião da imprensa sobre a política de cotas raciais na universidade pública brasileira**. 2011.238. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/49272>>. Acesso em: 08 out. 2013.

PINHO, Fabricia de Almeida. **As representações sociais de alunos cotistas por professores universitários:** a experiência da UERJ. 2006.111f. Dissertação (mestrado m Educação), Universidade Estácio de Sá.Disponível em:<<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2006531018017010P0>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

QUEIROZ, M.D. A pesquisa sobre negro no ensino superior no Norte-Nordeste do Brasil. In: FUMES N.L. F; PIZZA, L.C. L (Orgs). **Formação do Pesquisador em Educação:** Identidade, diversidade, juventude e inclusão. Maceió: EDUFAL, 2007.p.135-153

REX, John. **Raça e Etnia:** ciências sociais. Lisboa: editorial estampa 1998.

ROZAS, Luiza Barros. **Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira: por** uma nova compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade. 2009.108f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-21062011-153542/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

SALES, Sandra Regina. **Justificativas, acordos e tensões:** o debate sobre políticas de ação afirmativa na universidade brasileira. 2007.162f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2007331004016006P5>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

SANTOS, Daiane Brito Reis. **Para além das cotas:** a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

TAVARES, Talita Leite. **Repertórios discursivos sobre cotas raciais e suas implicações no tratamento de alunos cotistas.** 2012.190f. Dissertação (mestrado em psicologia social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2012824001015006P6>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

TAVARNARO, V. G. **Representações de justiça dos alunos do 5º ano do curso de Direito da UEPG a partir da análise do sistema de cotas raciais.** 2009. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=412>. Acesso em: 12 set. 2013.

TOSTE, Verônica. Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil. In: SEMINÁRIO 10 ANOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: CONQUISTAS E DESAFIOS UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório técnico...** GEA: Flacso Brasil. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/gea/documentos/seminario_10_anos/Relatorio_Temas.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.